

Lavadeiras na cidade: trabalho, cotidiano e doenças em Fortaleza (1900 – 1930)

Washerwomen in the city: work, daily life and diseases in Fortaleza (1900 - 1930)

Amanda Guimarães da Silva*

Resumo

A prática de lavagem de roupa constituía um dos diversos modos de sobrevivência de mulheres pobres na cidade de Fortaleza. Em um período de doenças diversas, entre 1880 – 1930, o contato com peças contaminadas era considerado vetor de doenças, entre áreas centrais e suburbanas da cidade. O objetivo de nossa investigação é compreender a relação entre práticas de trabalho de lavagem de roupas, o cotidiano de doenças e a condição de subalternidade existente na experiência de mulheres pobres. A pesquisa foi realizada a partir de fontes hemerográficas, como o Jornal do Ceará: Político, Comercial e Noticioso, Jornal O Ceará e Jornal a Manhã, produzidos no período, bem como produções teóricas, historiográficas e metodológicas sobre a temática.

Palavras-chave: Lavadeiras – Pobreza - Doenças.

Abstract

A practice of washing clothes is one of the different ways of poor women in the city of Fortaleza. In a period of disease, between 1880 - 1930, contact with contaminated parts was considered a vector of disease, between central and suburban areas of the city. The aim of our investigation is to understand the relationship between the washing work practices, the daily routine of illnesses and a condition of subordination existing in the experience of poor women. The research was carried out from hemerographic sources, such as Jornal do Ceará: Political, Commercial and News; Jornal O Ceará and Jornal a Manhã, obtained in the period, as well as theoretical, historiographical and methodological productions on the theme.

Keywords: Washerwomen - Poverty - Diseases.

* Universidade Federal do Ceará

Considerações Iniciais

O entendimento da pobreza dentro das dimensões sociais, laborais, econômicas eram atravessadas pelas percepções de higiene produzidas durante as primeiras décadas do século XX. As classes perigosas, sem trabalho qualificado e moradoras de áreas afastadas do centro dinâmico, eram percebidas como responsáveis pela propagação de doenças devido a habitações coletivas e hábitos cotidianos. (CHALHOUB, 1996, p. 29) A dimensão do trabalho e da pobreza urbana, no início do século, ajustavam mulheres pobres deste período, por vezes, dentro de ocupações entendidas como semiqualficadas, como lavagem de roupas e atividades domésticas diversas e predominantemente femininas. (HANNER, 1986, p. 199). Por vezes, trabalhavam distantes dos espaços fabris e outros estabelecimentos, dificultando e diferenciando os modos de controle sobre suas ocupações e modos de vida (SANTOS, 1998, p. 101)

A organização do espaço urbano, na cidade de Fortaleza, durante as primeiras décadas do século XX, passava por dinâmicas sociais específicas, orientadas pelas sucessivas secas do século XIX, aumento populacional e emergência de doenças diversas, que acometiam a população e intensificavam o pauperismo e a mortalidade urbana. Dentro da heterogênea experiência social existente na cidade de Fortaleza, mulheres pobres sobreviviam a partir de práticas de trabalho diversas, entre elas, a lavagem de roupas. As indumentárias constituíam objetos passíveis de contaminação e propagação de doenças. Essas mulheres, responsáveis ou com participação ativa na organização do lar e da renda, constituíam elos laborais frágeis, à medida que, por meio da prestação de serviços, circulavam pelos espaços da cidade, improvisando modos de sobrevivência e trabalhos, em tempos de doenças e instabilidades sanitárias e sociais. Temos que:

“Por outro lado, aqueles que se encontram mais afastados de qualquer possibilidade de alianças, considerando-se ‘as mulheres, os prisioneiros, os soldados recrutados, os pacientes de hospitais, os homossexuais’, são as mulheres do subproletariado urbano. No seu caso, a negação e o impedimento do consumismo e a estrutura de exploração são constituídos pelas relações sociais patriarcais. No outro lado da divisão internacional do trabalho, o sujeito da exploração não pode conhecer nem falar o texto da exploração feminina, mesmo se for assegurado à mulher – de forma absurda pelo intelectual que não pode representá-la, um espaço no qual ela possa falar. A mulher se encontra duplamente na obscuridade.” (SPIVAK, 2010, P. 70)

A cidade e as doenças

A cidade de Fortaleza, ao final do século XIX, passava por profundas transformações físicas e comportamentais, impulsionadas, em grande parte, pela chegada progressiva de agricultores e moradores do interior da, então, província. Chegavam à capital em busca de melhores condições de sobrevivência, devido as sucessivas ondas de secas existentes no período. A experiência de aumento populacional do espaço urbano, para além dos limites

cidadinos, despertou sensibilidades diversas para os moradores da cidade. (NEVES, 2005, p. 114) O período, marcado pela ausência de chuvas e secas nos reservatórios urbanos, teve efeitos catastróficos associados a emergência de doenças, como bexiga, febres e a varíola, que em conjunto, vitimaram centenas de pessoas. Desta forma, a experiência das secas e das doenças construíram memórias que, ao longo do século XX, eram associadas a enfermidades e mortes, despertando iniciativas de setores letrados e políticos. (PONTE, 2014, p. 84 - 86).

Neste período, em diálogo com o desenvolvimento da medicina social, emergem discussões relacionadas com a transmissão de miasmas e doenças. Entre muitas teorias, duas correntes de pensamento ganham força entre os intelectuais brasileiros, que produzem espaços de reflexões entendidos como “infectologistas” e “contagionistas”. Os infectologistas acreditavam que as infecções ocorriam a partir da ação de microorganismos vegetais e animais que entravam em putrefação dentro do ambiente, produzindo emanções nocivas que afetavam o ar e o corpo humano. Os contagionistas, em contrapartida, acreditavam que as infecções ocorriam por meio do contato com pessoas contaminadas, a partir do toque em objetos diversos ou pela respiração. Médicos e higienistas, ao diagnosticarem doenças, dialogavam com as duas abordagens, com a finalidade de prevenir a expansão de contágio e propagação de enfermidades. (GARCIA, 2011, P. 144)

O período em estudo é entendido a partir de profundas transformações nos códigos e legislações da cidade. Decretos e normatizações municipais eram instituídos como instrumentos de progressiva normatização direcionadas aos modos de trabalho e acesso a serviços essenciais no espaço urbano. Foram construídas a partir de motivações diversas, organizadas por meio dos signos da modernidade, que dentro do espaço da cidade, eram materializados a partir de preocupações estéticas, relacionadas a organização dos espaços públicos e privados; sanitárias, impulsionadas pelas sucessivas doenças existentes no período e econômicas, com a progressiva organização da arrecadação municipal. A cidade foi transformada em espaço de conflitos e assujeitamentos diversos, relacionados a limpeza de ruas e praças, onde a constituição de códigos municipais legitimou modos de controle e fiscalização diversos, direcionados, sobretudo, para os trabalhadores desta prática¹.

Intendentes de Higiene Pública publicavam, periodicamente, editoriais em jornais, orientando e divulgando informações sobre doenças diversas na cidade. Existia um incentivo para que a população tivesse acesso a prevenção de doenças por meio da vacinação. Normas higiênicas eram direcionadas, sobretudo, para parcelas mais pobres da sociedade, vistas como resistentes às práticas medicinais que emergiam no período. (GARCIA, 2006, P. 149) Os cuidados com a água também permeavam os Códigos Municipais, sobretudo, a partir de 1879.

¹ **Código Municipal.** Prefeitura de Fortaleza. 1932. Disponível para consulta em Núcleo de Documentação e Pesquisa Histórica do Departamento de História da Universidade Federal do Ceará - NUDOC.

A partir de um esforço público e de setores letrados, foi construída uma preocupação social e sanitária, presente nos Relatórios Presidenciais, nas leis provinciais e nos principais jornais do período. Recomendavam um correto descarte de lixo, a partir do entendimento de que esta prática contribuía para a propagação de enfermidades diversas. O Estado, a partir de muitas normatizações, modificava hábitos e práticas dentro do espaço da cidade. (COSTA, 2017, P. 43)

No entanto, queixas e reclamações cotidianas percebiam a ação municipal como ineficiente na resolução e direcionamento de práticas de higiene urbana. As preocupações com a saúde pública estavam presentes em toda a cidade. Tudo era entendido como sinônimo de propagação e transmissão de doenças. Os espaços da cidade, de pobreza e abandono público, recebiam atenção junto as páginas dos jornais, sendo percebida como uma dentre as principais causas de enfermidades. Um dos motivos existia era relacionado a recusa da vacinação, existente em diversos setores da sociedade, sobretudo os mais pobres, que por sua vez, eram considerados ignorantes, por uma elite letrada. O cotidiano da cidade, entre o ir e vir de práticas de trabalho polissêmicas, entre áreas centrais da cidade e subúrbios, era percebido como um potencial transmissor de doenças. A ausência de informações sobre o contágio facilitava a propagação, quando pessoas que nunca tiveram bexiga, varíola, ou demais indisposições, iam visitar, sem nenhuma proteção, pessoas acometidas por problemas de saúde. Ou trabalhadores que, pela manhã, eram empregados em ocupações diversas, por vezes, à noite, cuidavam de pessoas doentes.

“(…) Pelo isolamento do doente, entre gente sem vaccina e completamente ignorante, gente que não sendo vaccinada e nem tendo tido bexigas ia visitar o variloso; pela estada do enfermeiro, durante o dia trabalhando como encadernador na officina de typografia do Sr. Gadelha e passando a noite ao lado do bexigoso; pela lavagem de roupa entregue a primeira lavadeira que aparecia na ocasião; não se podia esperar senão a propagação do mal (...)”²

A produção de discursos dos jornais organiza, estrutura e narra, obedecendo a organizações de sentido e selecionando aquilo que deve chegar ao público. (LUCA, 2014, P. 139). Os periódicos, sua materialidade e organização de ideias, dentro do recorte em estudo, eram valorizados como prática social, importante para diversos grupos. Constituíam-se como instrumento de difusão de imaginários urbanos e campo de disputas de projetos sociais diversos. (CRUZ, 2000, p. 100) Jornais publicavam medidas e sugestões que evitassem o contágio e a proliferação de “miasmas” nocivos à saúde pública. Em espaços centrais, em páginas sucessivas, emergiam editoriais voltados para a prevenção de doenças, motivadas pelos

² **Jornal do Ceará: Político, Comercial e Noticioso.** Ano 1907. Edição 0656. Disponível em <<http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=231894&pesq=lavadeira&pasta=ano%20190&pagfis=411>> Acesso 4 jan 2020.

expressivos números de mortes na cidade. Construía discursos de normatizações de hábitos e moradias e entendiam a pobreza como propagadora de doenças e práticas desalinhas com as ideias de civilização desejadas.

Os editoriais em direcionados para cuidados privados, dentro de residências, relacionados com alimentação, limpeza dos espaços e dos corpos. A água ingerida, deveria receber cuidados especiais, sendo sempre fervida antes do consumo. Os cuidados deveriam ser realizados, também, no preparo de alimentos, como pães. O consumo de legumes, saladas e frutas deveria ser evitado. O consumo de sucos de frutas ácidas, como limão azedo, era recomendado, desde que preparado com água devidamente fervida. Acreditavam que o “gérmen” da cólera ou outras doenças, não desenvolviam - se em ambientes ácidos, como os propiciados pelo suco do limão. Do contrário, ambientes alcalinos, como os proporcionados por soluções como bicarbonato de sódio, também deveriam ser evitados³. Interlocutores como Inspetores de Higiene, escreviam colunas sobre doenças existentes e modos de prevenção. Recomendavam que toda roupa usada pelo doente, além de ficar imersa durante aquele espaço de tempo, deveria passar pela estufa de desinfecção da inspetoria de higiene, que avisada, se encarregaria do transporte e demais operações de desinfecção da roupa⁴.

A correta higiene de casas e lares, sobretudo, dos mais abastados, era atravessada por práticas diversas relacionadas com a prevenção de doenças. Eram publicados cuidados para todos os espaços da casa, modificando profundamente costumes privados de morar e habitar, relacionados, sobretudo, a limpeza e asseio, a higiene de superfícies, consumo de alimentos diversos e cuidados com os espaços utilizados para banhos. Uma preocupação despertada e percebida pelos habitantes da cidade era com o tratamento e limpeza das roupas. Protetores de camas, lençóis, toalhas, ou mesmo a roupa utilizada cotidianamente, tornaram-se objetos privados de higiene e asseio. Quando utilizadas por doentes, ficavam cheias de pus, dependendo da patologia acometida e, portanto, transmitiam agentes nocivos para a saúde. Assim como diversas dimensões cotidianas, o uso de roupas impulsionava a prestação de serviços voltadas para limpeza e asseio⁵.

O cuidado com o corpo também ganhava espaço junto as recomendações sanitárias. A lavagem das mãos era imprescindível. Não era recomendado comer no mesmo ambiente que doentes. Não poderia tocar alimentos sem que as mãos não estivessem limpas, e caso moscas tivessem pousado na comida, este deveria ser fervido ou, caso não fosse possível, dispensado de consumo. O aposento de doentes deveria ser ocupado somente por pessoas que fossem

³ **Jornal do Ceará: Político, comercial e noticioso.** Ano 1910. Edição 1269. Acesso 4 jan 2020.

⁴ **Jornal do Ceará: Político, comercial e noticioso.** Ano 1910. Edição 1269. Disponível em Hemeroteca Digital. Acesso 05 set. 2019. Acesso 4 jan 2020.

⁵ **Jornal do Ceará: Político, comercial e noticioso.** Ano 1910. Edição 1269. Acesso 4 jan 2020.

prestar serviços ao acamado. A disposição dos móveis deveria facilitar a limpeza do ambiente, onde a cama deveria ficar disposta ao meio do aposento e todos os móveis supérfluos, como cortinados e tapetes, deveriam ser retirados. As latrinas, espaços destinados para urinas e dejetos, deveriam receber o maior asseio.

Os produtos químicos, em suas composições diversas, eram progressivamente utilizados dentro do espaço privado, entendidos a partir da eficiência ao combate à microrganismos. Uma precaução indispensável a qualquer sinal de desarranjo intestinal era a mistura de 1 litro de água com 50g de sulfato de cobre. Os jornais recomendavam, no início do século XX, que toda roupa de uso do doente, ao ser retirada, deveria ser mergulhada por duas horas em uma solução de sublimado, composto por mercúrio, 2 gramas de iodo e solução considerada tóxica, exigindo cuidados com os vidros. Nunca, sob nenhum aspecto, as roupas dos doentes deveriam ser enviadas a lavagem antes de ser submersa na combinação de desinfecção. No entanto, muitas roupas eram entregues para as lavadeiras antes de passar pelos processos acima⁶.

Lavadeiras e Práticas de Trabalho

Em momentos de crises políticas, sociais ou sanitárias, as práticas laborais empreendidas por mulheres, sobretudo, prestadoras de serviços, constituem frágeis elos de trabalho e existência, dentro de um tecido social complexo e heterogêneo. Mantêm e sustentam suas famílias, a partir de práticas cotidianas e improvisadas de sobrevivência. Fontes documentais, como jornais, evidenciam a condição de pobreza e trabalhos precários protagonizados por mulheres pobres, em um diálogo entre gênero e classe, apontando condições específicas de subalternidade. Compreender estes fenômenos e relacioná-los a uma rede de relações complexas e patriarcais permitem refletir sobre processos e fenômenos existentes ao longo do tempo, em uma complexa relação entre presente e passado.

A condição de pobreza existia desmanchada em meio a problemas sociais diversos, inseridos na ausência de direitos sociais e políticos. Os trabalhos femininos, sobretudo, os realizados fora da esfera do privado, eram praticados por mulheres pobres, em um intenso ir e vir cotidiano dentro dos espaços da cidade. Seus modos de sobrevivência, incertos e improvisados, realizados a partir de prestação de serviços diversos, são precariamente registrados em documentos oficiais. Quando ocorrem, são escritos por homens, carregados de filtros sociais próprios da condição social de dominação, que em sua maioria, são contrários às experiências conflituosas existentes no cotidiano de diversas mulheres. (SILVA, 1995, P. 19 – 60)

⁶ **Jornal do Ceará: Político, comercial e noticioso.** Ano 1910. Edição 1269. Acesso 4 jan 2020.

O cotidiano das mulheres pobres na cidade de Fortaleza, ao longo das primeiras décadas do século XX, era atravessado por práticas de trabalho diversas e precárias. Encontravam-se inseridas em trabalhos dentro da dimensão privada, como empregadas domésticas e criadas de servir, ou em práticas de trabalho públicas, tecidas no ir e vir na cidade. Eram cozinheiras, engomadeiras e lavadeiras que sobreviviam de modo incerto, com vínculos de trabalhos construídos a partir dos signos da criadagem e paternalismo. (PÁSCOA, 2020, p. 44)

A prática de lavagem de roupa era atravessada, muitas vezes, pela exposição à saúde de quem realizava a atividade. As indumentárias de doentes eram entregues para lavadeiras que, no ir e vir citadino, levavam as roupas a beiras de rios para lavagem. Moravam em arrabaldes e subúrbios pobres e afastados do centro dinâmico da cidade, percorrendo ruas e bairros para prestarem serviços domésticos. O contato com outros trabalhadores ou com familiares favoreciam a transmissão de doenças diversas. Deste modo, as lavadeiras eram vistas como potenciais transmissores de patologias devido ao seu contato constante com a água e objetos contaminados. A ausência de modos para lidar com os instrumentos de trabalho e o seu ir e vir dentro da cidade despertavam incertezas e apontavam a ocupação como possível perigo à saúde pública. A circulação pelas ruas com objetos contaminados, poderia contrair doenças e espalhar por outros espaços, fazendo com que patologias diversas fossem, facilmente, disseminadas para áreas pobres e afastadas do centro.

As mulheres eram responsáveis por diversas atividades cotidianas na cidade, sobretudo, aquelas relacionadas a um papel socialmente feminino. Preenchiam números expressivos, em ocupações variadas, mas inseridas dentro da dinâmica interna das residências, ou por andanças pela cidade. Muitas trabalhadoras eram entendidas a partir de ocupações relacionadas com trabalhos domésticos e suas variantes. De acordo com pesquisa documental empreendida por Juliana Linhares (LINHARES, 2011, P. 109) :

Figura 1 – Levantamento Geral das Atividades Arroladas na População de Fortaleza – 1887⁷

**LEVANTAMENTO GERAL DAS ATIVIDADES ARROLADAS NA POPULAÇÃO DE FORTALEZA
- 1887**

Serviço doméstico	1.363
Cozinheiro(a)	98
Engomadeira	65
Lavadeira	73
Ama de leite	14
Copeiro	5
Total	1.618

Fonte: APEC – Fundo: Secretaria de Polícia. Livros 382, 383, 384, 385, 444. Arrolamentos da Freguesia de São José da Cidade de Fortaleza. Empreendido pelo chefe de Polícia da Província em 1887.

⁷ Levantamento das ocupações exercidas por mulheres, construída a partir do arrolamento da cidade de Fortaleza. Sobre o assunto, consultar: LINHARES, J. M. **Entre a casa e a rua: trabalhadores pobres urbanos em Fortaleza (1871 – 1888)**. Dissertação em História. 179 f. Programa de Pós - Graduação em História. P. 109.

A organização familiar dos mais pobres possuía uma dinâmica fluida, o que implicava em laços afetivos orientados por questões de outra ordem. Carinho, amor e cotidiano eram dimensões relevantes para a manutenção ou não de relações. As práticas de união ou separação despertavam sentimentos de moralidade e costume menos incisivos, quanto aos experimentados por grupos abastados e socialmente privilegiados. (SAMARA, 1983, P. 53) A organização familiar de extratos pobres era menos delineada, com a integração de filhos, agregados, irmãos, dotando de complexidade a experiência familiar, com agrupamentos diversos. Associado a organização familiar central, estavam vizinhos e trabalhadores livres, em relações e laços múltiplos. Dentro desta dinâmica, no espaço de Fortaleza, muitas mulheres eram chefes de casa e responsáveis pela renda familiar, obtidas a partir de trabalhos, como prestação de serviços. De acordo com Eylo Fagner: (FAGNER, 2018, P. 355)

Figura 2 - Ocupações das mulheres chefes de domicílio - Arrolamento de Fortaleza de 1887⁸

Tabela 10 Ocupações das mulheres chefes de domicílio – Arrolamento de Fortaleza de 1887

Ativas		Inativas	
Caixeira 3	Lavadeira 41	Serviço doméstico 8	Pensionista 3
Costureira 73	Louceira 1	Tecedeira 17	Sem profissão 457
Cosinheira 9	Meretriz 158	Tecelona/Tecelã 4	
Criada 2	Modista 3		
Chapeleira 1			
Doceira 1	Negociante 8		
Desenhista 1	Proprietária 37		
Diretora 1	Professora Pública 1		
Engomadeira 15	Profª particular 5		
Florista 3	Parteira 5		
Jornaleira 11	Quitandeira 10		

Fonte: CEARÁ. GOVERNO DA PROVÍNCIA. SECRETARIA DE POLÍCIA (1887).

O ir e vir pela cidade, ruas e espaços de trabalho e sociabilidade, moldam e improvisam práticas cotidianas diversas. Por vezes, não é possível apreender os movimentos heterogêneos, astuciosos, mas a partir da sua disposição, é possível espacializar sua disposição. As trajetórias compõem mapas da cidade, demarcando operações, orientadas por escolhas por onde ir ou ficar, que aos poucos, constituem intimidade e familiaridade com o espaço vivido. (CERTEAU, 2008, p. 161) As trajetórias das trabalhadoras pobres, improvisadas pela necessidade de lavar roupa em determinados locais, constroem percursos e dotam de sentido a cidade que se constitui a partir de fronteiras físicas e sociais delimitadas e específicas.

As lavanderias eram pontos de referência e ajudavam a valorizar regiões afastadas do centro dinâmico, composta em sua maioria por terrenos e chácaras. As ruas eram descritas de

⁸ FAGNER, E. F. S. **Os párias da modernidade na “terra da luz”: “a gente ínfima” de Fortaleza no processo de regulação da mão de obra urbana. (1877 – 1912).** Tese em História. 403f. Programa de Pós Graduação em História. p. 355.

modo informal, por vezes, perto de estação de bondes⁹. As práticas diversas de trabalho, incluindo lavagem de roupa, eram realizadas ao longo da semana, em espaços dispostos nas areias da cidade, afastadas do centro urbano, junto as áreas de coleta de água. Aos sábados, de acordo com as narrativas de Rodolpho Theóphilo, a lavagem de roupas não era realizada, onde lavadeiras eram vistas pedindo esmolas em outras localidades da cidade. As observações eram construídas a partir de passeios em áreas pobres da cidade, em busca de vacinar e proteger a população. Estas regiões emergiam no discurso socialmente dominante, a partir de associações diversas, como ignorância, devido a recusa da vacina e a ausência de hábitos corretos de higiene.

Hoje, nos dias de sábado, vê-se uma procissão de esmoleres, rua abaixo e rua acima, e tão crescida que espanta. A falta de brio da arraia miúda em Fortaleza chegou a ponto de santificarem o sábado. Reservam este dia para as esmolas. Me haviam dito isto, que achei extravagante, mas depois verifiquei a verdade. As lavadeiras, por exemplo, não trabalham aos sábados, pedem esmolas, posso afirmar de isso porquanto as lavanderias são poços a flor da terra disseminadas pelas areias de Fortaleza e todas as vezes que por eles passei no mencionado dia, não vi uma lavadeira sequer (...)¹⁰

As condições de trabalho relacionadas a lavagem de roupa eram precárias, entre um ir e vir dentro da cidade. Expostas ao sol, a violência no trajeto entre rios e aguadeiros, por vezes, ficavam com mãos machucadas devido ao contato com produtos falsificados ou de procedência duvidosa. O processo de fabricação de sabão no Ceará era definido, pelos jornais, como um dos mais impuros produzidos no Brasil, com uma mistura de sílex e outros ingredientes. Em uma produção irregular utilizada para enriquecer os empresários Siqueira & Gurgel Ltd, donos da produção de Sabão Pavão, amplamente utilizado pelas “donas de casas” e lavadeiras. Os produtos utilizados, eram por vezes, de uma acidez extraordinária, cortando as mãos de trabalhadoras e danificando os tecidos das roupas¹¹.

A água consumida pelos moradores da cidade era objeto de atenção devido a possibilidade de transmissão e contaminação por microrganismos nocivos. Rodolpho Teófilo descrevia com espanto a descoberta de que a água consumida pela população de Fortaleza era retirada em poços em péssimas condições de salubridade. Eram pequenos pântanos expostos

⁹ **Anúncio de aluguel e negócios de chácara. Jornal do Ceará: Político, Comercial e Noticioso.** Ano 1907. Edição 653. Disponível em <
<http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=231894&pesq=lavanderia&pasta=ano%20190>> Acesso: 16 nov. 2019.

¹⁰ **Jornal do Ceará: Político, Comercial e Noticioso.** Ano 1904. Edição 0122. Disponível em <
<http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=231894&pesq=lavadeira&pasta=ano%20190&pagfis=411>> Acesso 4 jan 2020.

¹¹ **Diário da Manhã.** Ano 1929. Edição 24. Disponível junto a Hemeroteca Digital. Acesso 14 jan. 2020.

ao sol, cercados de água encostada e animais, onde a colheita era realizada por meio de jumentos, que ao beberem água enchiam os depósitos carregados ao pescoço. Homens adentravam essas poças, utilizando a água para lavar os rostos e as pernas, recolhendo para vendê-las em áreas centrais da cidade. (NETO, 2015, p. 153 – 158) A pobreza que emerge nas narrativas de Teófilo era associada, invariavelmente, a péssimo hábitos de saúde e higiene. Eram utilizadas, também, por homens e mulheres para lavar rostos e pernas, recolhendo água para vender em áreas centrais da cidade. Os hábitos e a relação com a água eram impróprios e inadequados, nas palavras de Teófilo, constituindo ainda, uma renda para trabalhadores pobres com residências distantes do centro dinâmico da cidade¹².

Os moradores de regiões urbanizadas não construíam cisternas para a colheita de água proveniente da chuva, na expectativa que o município melhorasse a distribuição hídrica. A água consumida era comprada, desta forma, de áreas distantes do centro dinâmico, onde os moradores desconheciam os modos e as condições nas quais a água era extraída, tampouco os lugares de onde viam. A administração municipal era criticada pela preocupação excepcional de remodelação dos espaços públicos centrais, enquanto questões cotidianas e indispensáveis para a saúde coletiva eram negligenciadas, como a distribuição de água para consumo. A cidade era elogiada pelos logradouros e avenidas, no entanto, ironizava o articulista Rodolpho Theóphilo¹³.

As habitações dos mais pobres, por vezes, eram marcadas pela lotação, pobreza e as diversas doenças que, rapidamente, espalhavam-se por bairros e cidades litorâneas. A desordem e o tumulto, no entanto, eram modos de sobrevivência e de invenção de práticas sociais. A instabilidade formava dimensões fortes e presentes na organização, ou desorganização urbana. Todos eram vistos como cidadãos, a partir das leis republicanas, no entanto, para os mais pobres, seus modos de morar e existir na cidade eram frequentemente normatizados e perseguidos, sobretudo, pela instituição municipal, portadora dos modos de pensar e viver de setores abastados do período. Casas pobres, das mais diversas formas, eram entendidas com o sinônimo do atraso que deveriam ser superadas, sendo eliminadas em um processo constante de normatização do espaço público, que ocorreu, com mudanças de intensidades, em diversas cidades do país. A reorganização do espaço urbano, entre ruas, casas e espaços privados, são submetidos a uma nova ordem, impulsionadas pelas novas funções que a cidade assume. O espaço privado passa não somente pelo indivíduo, mas também, pelo Estado. Um novo modelo de relações urbanas, transpassada pela segregação espacial e controles de habitação e vizinhança. (MARINS, 1998, p. 136)

¹² **Jornal do Ceará**. Ano 1907. Edição 517. Disponível em <
<http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=231894&pesq=lavadeira&pasta=ano%20190>> Acesso: 15 nov. 2019.

¹³ **Jornal do Ceará**. Ano 1907. Edição 517. Disponível em <
<http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=231894&pesq=lavadeira&pasta=ano%20190>> Acesso: 15 nov. 2019.

As moradias do início do século XX eram descritas a partir dos signos do tumulto e da desordem. As linhas tênues entre o passado imperial e as ideias de sociedade republicana faziam com que ruas e casas ganhassem diferentes dimensões sociais e econômicas, marcando uma nova geografia da cidade, desigual e excludente, com variações e formatos, a depender da região do país. A circulação entre os bairros era motivo de preocupação devido a doenças diversas. As classes populares em Fortaleza, em 1928, eram objeto em editoriais em jornais, que denunciavam a condição de moradia que homens, mulheres e crianças viviam. De acordo com o editorial, populares, em condição de vulnerabilidade social e miséria, espremiam-se em choças e cabanas sem higiene, dispostas em areias da cidade, em situação de abandono, pois o poder público não agia para melhorar esta condição. Estavam dispostos em localidades como Morro do Moinho, Morro do Croatá, Gameleira, Camberinhas, Altamira, Prado Velho, Coqueirinho, Lagoa da Onça, entre outros lugares, onde milhares de pessoas, de todas as idades, sobreviviam em pequenas choupanas precárias. Bairros que abrigavam mendigos, e “gente que trabalha”, como carregadores, vendedores de frutas, lavadeiras, engomadeiras, verdureiros, etc¹⁴. De acordo com jornais do período:

A varíola continuava extinta na capital, há cinco anos e quatro meses não existem casos de bexiga nos moradores da capital. No dia 20 de setembro, a bordo do vapor Jaboatão, o carvoeiro Manoel Pereira de Lima, branco, de 24 anos, natural de Pernambuco, é acometido por varíola. O inspetor de saúde do Porto levou o caso para o conhecimento da repartição sanitária estadual e esta, depois de deixá-lo exposto por quatro horas no galpão, o direcionou para um casebre no arraial do morro do moinho. Foi ao encontro do doente, se dirigindo dia 21 aquele arraial, e lá encontrou o doente alojado em uma choupana, na subida do morro, à nascente do pequeno povoado. O local de habitação foi uma escolha infeliz, tinha isolado o enfermo em meio a uma população sem higiene e sem vacina. Cerca de 100 casebre, de pessoas das piores condições, constituíam o morro do moinho. A única providência a tomar, uma vez que a higiene pública tinha um doente sob sua guarda, era evitar a propagação do mal. A vacina e a revacinação impunham-se ali sem demoras e delongas. Tentou fazê-las, mas as pessoas se opuseram obstinadamente, dizendo que a varíola está entre eles e a vacina ia empestar. Convence-los do contrário seria o mesmo que esgotar o mar. Conseguiu com muito trabalho vacinar os menos ignorantes e cordatos. Voltava do moinho quando encontrou o Dr João Guilherme Studart, convidando-o a acompanhar até o morro do moinho. A impressão que tinha causado o aspecto externo do casebre não perguntou nem disse. Voltou alguns minutos dizendo que se tratava de um caso de varíola com doente e que ele era o médico encarregado do tratamento do enfermo. Voltando ao dia seguinte do isolamento, encontrou a casa fechada e os moradores disseram, parede em meio, que o enfermo saira para seu trabalho na litografia do Sr. Gadelha, onde é empregado. Custou a acreditar no fato até que convenceu da veracidade dele quando disseram que o médico também havia voltado sem ver o doente. Nas

¹⁴ **O Ceará**. Ano 1928. Edição 1047. Disponível junto a Hemeroteca Digital. Acesso: 07 jan 2020.

visitas diárias ao morro do moinho, bem pode acompanhar o abandono do enfermo. O casebre não tinha conforto e a dieta constava de chá da índia e algumas bolachas. Nem roupa tinha. Os dois lençóis que o ~~infeliz tinha trazido a bordo estavam impregnados de pús que pareciam couro, ficando o doente deitado na lona da cama. Informado pelo enfermeiro do ajudante, levou a informação para o médico assistente, que o mandou prover de roupa. O estado era grave. Pensa, no entanto, que o variloso se restabelecerá. Há o receio de morte por inanição se não mudar a receita do doente. Rodolpho Teófilo. O variloso contaminou seis pessoas, que ficaram em isolamento em um casebre no morro do moinho. A palhoça não podendo ser queimada, por estar encravada em uma rua de casebres, foi o seu material removido para a beira mar e incinerado. O lugar da choupana foi fortemente incinerado com uma solução forte de sublimado corrosivo. Só assim se extinguiu a pequena epidemia no morro do moinho. Nenhum agente da Higiene Pública apareceu para prestar serviços aos doentes e desinfetar o ambiente. O enterro do bexigoso foi realizado por particular¹⁵.

A rede de sociabilidades diversas e vizinhanças diversas, em diálogo com habitações precárias e desconhecimento de práticas de prevenção de doenças contagiosas, contribuíram para disseminações de doenças em espaços constituídos a partir da pobreza e da precariedade de existência. As trabalhadoras mulheres, dispostas em ocupações entendidas como femininas, eram inseridas dentro de uma rede de práticas laborais fluídas e intermitentes, no entanto, indispensáveis cotidianamente. Assim, circulavam pela cidade, prestando serviços e improvisando modos de sobrevivência e existência, à medida que, por vezes, eram contaminadas e poderiam levar patologias para suas casas e famílias. Interessa perceber a fragilidade de suas experiências sociais, sustentadas em práticas de trabalho orientadas pela organização doméstica, pouco remuneradas e, que em tempos de doenças e epidemias, são vulneráveis e passíveis de contaminação.

Considerações Finais

As estruturas de exploração e dominação são constituídas pelas relações sociais patriarcais, onde as mulheres encontram-se em uma condição maior de subalternidade. Direcionamos nosso olhar para a prática de trabalho de lavar roupas e sua associação com a propagação de doenças na cidade. Para isso, parece importante compreender, também, alguns aspectos sobre organização familiar, prestação de serviços, relações sociais e subalternidade, uma vez que mulheres e seus modos de sobrevivências estão inseridas dentro de uma dinâmica maior, de relações diversas. Por este motivo, nosso texto incorre em um caminho progressivo, a partir das dimensões familiares, por meio da constituição familiar; sociais, a partir da

¹⁵ **Jornal do Ceará: Político, Comercial e Noticioso.** Ano 1907. Edição 582. Disponível em <<http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=231894&PagFis=1909&Pesq=lavadeira>> Acesso: 16 nov. 2019.

disseminação de doenças e consciência coletiva e dominante sobre o assunto e laborais com práticas de trabalho e implicações no meio social.

Perceber a história dos pobres e oprimidos a partir da experiência social de mulheres permite novos olhares para as dimensões de trabalho cotidianas, assim como o desenrolar das relações de poder e das desigualdades sociais, inseridas no espaço ao longo do tempo. Buscar indícios da presença de mulheres, em fontes documentais, procurando desvelar sentidos e filtros de escrita, a partir de fatos, permite a construção de uma dimensão cotidiana da existência. Relacionar os sentidos de opressões e suas formas de existir à categoria analítica de gênero auxilia a compreensão de experiências sociais específicas, entendendo a condição da mulher dentro de uma complexa estrutura de subordinação e subalternização historicamente construídas. (SCOTT, 1995, P. 73)

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- CERTEAU, M. **A invenção do cotidiano: 1. Artes de Fazer**. Petrópolis: Vozes, 2008.
- CHALHOUB, S. **Cidade Febril: cortiços e epidemias na Corte Imperial**. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.
- COSTA, M. C. L. C. **Capítulos de Geografia Histórica de Fortaleza**. Imprensa Universitária da Universidade Federal do Ceará. 2017.
- CRUZ, H. F. **São Paulo em papel e tinta: periodismo e vida urbana (1890 – 1915)**. São Paulo: Arquivo Público do Estado de São Paulo, 2000.
- DIAS, Maria Odila Leite da Silva. **Quotidiano e Poder. In: Quotidiano e Poder em São Paulo no século XIX**. São Paulo: Brasiliense, 1995.
- GARCIA, A. K. M. A sombra da pobreza na cidade do sol: os ordenamentos dos retirantes em Fortaleza na segunda metade do século XIX. **Dissertação em História**. Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, 2006.
- _____ A ciência na saúde e na doença: atuação e prática dos médicos em Fortaleza (1900 – 1935). **Tese em História**. 199f. Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. 2011.
- HAHNNER, J.E. **Pobreza e Política: os pobres urbanos no Brasil (1870 – 1970)**. Brasília: Ed. Universidade de Brasília, 1993.
- LINHARES, J. M. Entre a casa e a rua: trabalhadores pobres urbanos em Fortaleza (1871 – 1888). **Dissertação em História**. 179 f. Programa de Pós - Graduação em História. 2011.
- LUCA, T. R. Fontes Impressas: História dos, nos e por meio dos periódicos. IN: PINSKY, C.B. (orgs.) **Fontes Históricas**. São Paulo: Editora Contexto, 2014.
- NETO, E. F. M. Cartografias das águas: territorialidades, políticas e usos da água doce em Fortaleza. **Dissertação em História**. 268 f. Programa de Pós - Graduação em História. 2015
- NEVES, F. C. **Estranhos na Belle Époque: a multidão como sujeito político (Fortaleza, 1877 – 1915)**. Trajetos. V, 3, n. 6, p. 113 – 138, abr. 2005.
- PASCOA, M. A. C. Donas de casa, criadas e empregadas: trabalho doméstico na Fortaleza dos anos 1920 e 1930. **Dissertação em História**. 119 f. Programa de Pós - Graduação em História.
- PONTE, S. R. **Fortaleza Belle Époque: reforma urbana e controle social (1860 – 1930)**. Fortaleza: Edições Demócrito Rocha, 2014.

RODRIGUES, E. F.S. : Os párias da modernidade na “Terra da Luz”: a “gente ínfima” de Fortaleza no processo de regulação da mão de obra urbana (1877 – 1912). **Tese em História**. 403 f. Programa de Pós Graduação em História.

SAMARA, E. M. **A família brasileira**. Editora Brasiliense: São Paulo.

SANTOS, C. J. F. **Nem tudo era italiano: São Paulo e Pobreza (1890 – 1915)**. Annablume: São Paulo, 1998.

SCOTT, Joan. **Gênero: uma categoria útil de análise histórica**. Educação e Realidade. Universidade Federal do Rio Grande do Sul. V. 20, nº 2. P. 73.

MARINS, P.C.G. Habitação e vizinhança: limites da privacidade no surgimento das metrópoles brasileiras. IN: SEVCENKO, N. (orgs). **História da vida privada no Brasil República: da Belle Époque à Era do Rádio**. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

SPIVAK, G. C. **Pode o subalterno falar?** Belo Horizonte: Editora da UFMG, 2010.

Artigo recebido em 10/08/2020 e
aprovado para publicação em 22/09/2020